



Relatório da Diretoria

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Sumaré, 19 de maio de 2020. A Diretoria

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balanço patrimonial			Demonstração do resultado			Demonstração do fluxo de caixa		
	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.566	39.800						
Contas a receber de clientes	5	100.212	91.191						
Estoque	6	47.900	50.680						
Partes relacionadas	7	49.278	70.285						
Tributos a recuperar	8	51.904	13.377						
Outros créditos		2.352	4.588						
		280.212	269.921						
Não circulante									
Aplicações financeiras	4	-	1.114						
Depósitos judiciais	15	1.429	4.153						
Tributos a recuperar	8	12.895	1.345						
Partes relacionadas	7	34.569	20.995						
Investimento		2.776	-						
Imobilizado	9	271.528	278.522						
		323.197	306.129						
Total do ativo		603.409	576.050						
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores	10	76.170	71.915						
Empréstimos e financiamentos	11	91.865	65.857						
Salários e encargos sociais	12	16.618	15.131						
Tributos a recolher	13	16.989	4.276						
Dividendos a pagar	14	9.002	11.744						
Outros passivos		15.723	12.973						
		226.367	181.896						
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	11	135.264	215.974						
Provisões para processos judiciais	15	10.484	4.016						
Tributos a recolher	13	1.010	1.522						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	18.613	23.933						
Outros passivos		691	968						
		166.062	246.413						
		392.429	428.309						
Total do passivo		603.429	603.429						
Patrimônio líquido									
Capital social		81.423	81.423						
Reserva de capital		262	262						
Ajustes de avaliação patrimonial		28.499	31.682						
Reserva de lucros		100.796	34.374						
Total do patrimônio líquido		210.980	147.741						
Total do passivo e do patrimônio líquido		603.409	576.050						

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017	81.423	262	15.467	-	32.567	39.659	169.378
Destinação de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(39.659)	(39.659)
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	(1.157)	1.157	-
Complemento resultado exercício anterior	-	-	-	-	272	-	272
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	47.750	47.750
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	818	-	-	-	(818)
Dividendos	-	-	-	-	-	(20.804)	(20.804)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.196)	(9.196)
Em 31 de dezembro de 2018	81.423	262	16.285	-	31.682	18.089	147.741
Destinação de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	(15.250)	5.146	57.817	-	(42.567)
Complemento resultado exercício anterior	-	-	-	-	(1.066)	-	(1.066)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	94.710	94.710
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(26.984)	(26.984)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(7.516)	(7.516)
Em 31 de dezembro de 2019	81.423	262	1.035	62.963	28.499	36.798	210.980

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional:

O Pastificio Selmi S.A. ("Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas, biscoitos, azeite, queijo, outros derivados de trigo. Possui instalações industriais nas cidades de Sumaré - SP e Roldândia - PR, sendo a primeira a sede da Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis:

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transação para os CPCs. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 23 de abril de 2020. **2.2. Sumário das principais práticas contábeis:** a) **Agrupação do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. A receita de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a apresentação a qual a Empresa espera ter direito em troca dos produtos. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela Companhia pela taxa de moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. c) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, respectivamente, em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente convertíveis em um montante conhecido com caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Contas a receber de clientes refere-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante a provisão, aos seus valores prováveis de realização. Créditos com partes relacionadas - referem-se a empréstimos feitos aos acionistas, sobre os quais incidem juros remuneratórios correspondentes a variação da TJLP. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o método de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados quando o método de ganhos e perdas acumulados não resulta em redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem transferência significativa a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a resgatar (valor da garantia). **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabelece uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a notação ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 5. **ii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados no momento inicial de reconhecimento. Um ativo é classificado no circulante quando, em 31 de dezembro de 2019 não foram alterações significativas nas demonstrações financeiras em relação aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior apresentada para fins de comparabilidade. **2.12. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019:** As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 3). • IFRS 17 (equivalente ao CPC 50) - Contratos de Seguros. A Administração está avaliando os possíveis impactos das novas normas e interpretações.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão substancialmente relacionadas com as provisões para processos judiciais, prazo de realização de passivos de rendas e contribuição social diferidos e mútuos com partes relacionadas e vida útil dos ativos imobilizados.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	2019	2018
Recursos em banco e em caixa	15.026	6.107
Depósitos bancários de curto prazo (i)	13.540	33.693
Aplicações financeiras (ii)	-	1.114
	28.566	40.914
Ativo não circulante	-	1.114
Total de recursos disponíveis	28.566	39.800

(i) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha, com vencimento de curto prazo de, no máximo, três meses a contar da data de aquisição.

5. Contas a receber de clientes:

	2019	2018
Contas a receber de clientes nacionais	97.956	89.320
Contas a receber de clientes externos	4.270	2.917
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.014)	(1.046)
	100.212	91.191

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber de clientes nacionais

Contas a receber de clientes externos



continuação

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	94.710	47.750
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	1.066	1.157
Constituição de reserva legal	-	(818)
Base de cálculo dos dividendos	95.776	48.089
Dividendos	(26.984)	(20.804)
Do exercício	(7.516)	(9.196)
Juros sobre o capital próprio	34.500	30.000

Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício **36,02%** e **62,83%**
 c) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. d) **Reserva de lucros:** Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva de lucros remanescentes é de R\$36.798. A Administração da Companhia proporá em Assembleia Geral Ordinária a destinação da reserva de lucros remanescentes na forma de dividendos adicionais para compensação com os mútuos ativos (Nota 7), sem que ocorra o desembolso de caixa em relação a essa destinação. e) **Reserva de incentivos fiscais:** A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios advindos pela subjeção para investimento, conforme Lei Complementar 160/17.

18. Receita:

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2019	2018
Receita bruta de venda e revenda de produtos	1.001.329	920.420
Deduções de vendas (impostos, devoluções e descontos)	(109.511)	(104.010)
Receita líquida	891.818	816.410

19. Despesas por natureza:

	2019	2018
Matéria-prima aplicada	394.805	347.441
Custo de revenda	28.204	23.320
Gastos gerais de fabricação	100.405	89.010
Salários e ordenados	79.821	81.335
Depreciação	17.068	16.337
Serviços profissionais por terceiros	62.586	59.552
Despesas com fretes	47.333	43.282
Despesas com funcionários (PAT, reclamações trabalhistas)	14.581	6.448
Despesas com veículos	5.214	5.731
Despesas com viagens	3.463	8.182
Despesas com aluguel	4.364	4.180
Serviços de telecomunicação	1.455	790
Despesas tributárias	10.133	9.096
Tablóides	25.469	25.059
Outros	11.897	9.648
	806.798	729.411
	2019	2018
Custo das vendas	564.332	500.977
Despesas com venda	197.219	193.363
Despesas gerais e administrativas	45.247	35.071
	806.798	729.411

Notas explicativas às demonstrações financeiras

20. Resultado financeiro:

	2019	2018
Despesas financeiras		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(53)	(746)
Taxas e comissões bancárias	(1.554)	(5.638)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(20.213)	(27.022)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(251)
Total das despesas financeiras	(21.820)	(33.657)
Receitas financeiras		
Rendimentos e aplicações financeiras	1.050	594
Juros sobre mútuo com empresas relacionadas	4.607	5.648
Descontos obtidos	204	242
Juros/atualização monetária	15.430	1.125
Total das receitas financeiras	21.291	7.609
Variação cambial		
Variações cambiais ativas	2.784	2.178
Variações cambiais passivas	(2.492)	(1.763)
Variação cambial, líquida	292	415
Resultado financeiro	(237)	(25.633)

21. Gestão de risco financeiro:

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (hedge).
 a) **Risco de mercado:** i) **Risco cambial:** A Companhia possui parte de suas operações vinculadas à moeda estrangeira e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando existe diferenças entre as combinações das contas dos ativos e passivos nas operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (hedge). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos e euro nos montantes descritos a seguir, existe política de hedge para proteger essa exposição nessas datas:

	2019	2018
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes	4.270	2.917
	4.270	2.917
Passivo circulante		
Fornecedores	8.253	4.748
Empréstimos e financiamentos	-	-
	8.253	4.748

ii) **Risco com taxas de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia possui política de hedge que monitora continuamente as taxas de juros de mercado com

o objetivo de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas no caso da necessidade de contratação para novas operações. b) **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. c) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diretamente pela área financeira, através da manutenção do fluxo de caixa de curto e longo prazo. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos e financiamentos	11	65.857	205.742	10.232
Fornecedores	10	71.915	-	-
Tributos a recolher	13	4.276	1.522	-
Salários e encargos sociais	12	15.131	-	-
Outros passivos		12.973	968	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos e financiamentos	11	91.865	135.264	-
Fornecedores	10	76.170	-	-
Tributos a recolher	13	16.989	1.010	-
Salários e encargos sociais	12	16.618	-	-
Outros passivos		15.723	691	-

22. Gestão de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total e apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	2019	2018
Total dos empréstimos	11	227.129	281.831
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	(28.566)	(40.914)
Dívida líquida		198.563	240.917
Total do patrimônio líquido		210.980	147.741
Total do capital		409.543	388.658
Índice de alavancagem financeira - % *		48	62

(*) O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre cálculos de índices financeiros determinados pela Administração.

23. Instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	Mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018
Ativos Financeiros			
Contas a receber de clientes	5	100.212	91.191
Contas a receber de partes relacionadas	7b	83.847	91.280
Depósitos judiciais	15b	1.429	4.153
		185.488	186.624
Mensurados ao valor justo por meio do resultado			
		2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.566	40.914
Instrumentos financeiros derivativos		-	40.914
		28.566	40.914
Passivos financeiros			
		2019	2018
Fornecedores	10	76.170	71.915
Empréstimos e financiamentos	11	227.129	281.831
		303.299	353.746

24. Seguros:

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramo	Importância segura
Incêndio de bens do ativo imobilizado	140.000
Danos elétricos	500
Equipamentos eletrônicos - sem roubo	300
Equipamentos estacionários - sem roubo	8.000
Equipamentos móveis com roubo	300
Roubo ou furto	50
Equipamentos portáteis território mundial	10
Lucros cessantes	45.750
Responsabilidade civil	1.000
Casos fortuitos (vendaval, furacão, ciclone, tornado etc.)	50.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

25. Eventos Subsequentes:

Recentemente a Organização Mundial da Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Não obstante, neste momento, a Administração da Companhia não consegue prever ou estimar com precisão a magnitude dos impactos adversos gerados pelo COVID-19 nas operações da Empresa e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras.

Diretoria

Ricardo Oliveira Selmi
Diretor Presidente

Ricardo Caveanha Bizigatto
Diretor Administrativo

João Antonio Denade
CRC 1SP205278/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Pastifício Selmi S.A.** - Sumaré -SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pastifício Selmi S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastifício Selmi S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração

é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável,

as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as

respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de abril de 2020

